

O VALE DAS AÇUCENAS: RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NA OBRA DE ALVINA GAMEIRO

Jurema da Silva Araújoⁱ

“Aquilo dito de outra maneira nada significaria, mas, chegando como veio, atingiu-me, e não pude deixar de responder altiva e de cabeça erguida:

– Agradeço-lhe tamanha distinção, mas cheguei até aqui sem ajuda e posso voltar da mesma forma.”

Maria Betânia, personagem de *O Vale das Açucenas*, de Alvina Gameiro

RESUMO

Este trabalho toma como ponto de partida as representações do feminino na literatura de autoria feminina com vistas a compreender as relações de gênero e poder. Com isso, buscamos compreender a condição feminina a partir da sua própria forma de ver a si mesma. Para tanto, elegemos como *corpus* de pesquisa o romance *O Vale das Açucenas* (1963), da piauiense Alvina Gameiro. Procurando sempre o sentido histórico das relações de gênero e poder, questionou-se quais permanências e descontinuidades estas relações apresentam hodiernamente. Acreditando que a literatura evidencia as sutilezas do imaginário coletivo mais fortemente arraigadas no indivíduo, tomou-se como objetivo principal compreender, por intermédio das representações da mulher presentes nesse romance, as estruturas de poder inscritas nas relações de gênero. Para tanto, elegeu-se como objetivos específicos de pesquisa os que se seguem: identificar as representações da mulher presentes no romance supracitado; analisar, pelo *corpus* selecionado, as formas como se apresentam as relações de poder entre homens e mulheres; compreender, por meio destas representações, a condição da mulher na narrativa analisada. A pesquisa apoiou-se nas teorias de gênero e poder e na historiografia acerca da relação mulher e escrita. As teorias de Joan Scott (1995) sobre gênero, Michel Foucault (1979) acerca do poder e Pierre Bourdieu (2002) a respeito da dominação masculina aliaram-se na compreensão da dinamicidade das relações de gênero e poder e o caráter social das diferenças entre os gêneros.

Palavras-chave: Literatura Piauiense. Literatura de Autoria Feminina. Relações de Gênero e Poder.

RESUMEN

Este trabajo toma como punto de partida las representaciones de la mujer en la literatura femenina con el fin de comprender la condición femenina a partir de su propia manera de verse a sí misma. Por lo tanto, elegimos como corpus de búsqueda. El romance *O Vale das Açucenas* (1967), de la piauiense Alvina Gameiro. Buscando siempre el sentido histórico de las relaciones de género y poder, cuestionamos cuales continuidades y discontinuidades estas relaciones presentan en nuestros tiempos. Creyendo que la literatura pone de relieve los matices del imaginario colectivo más fuertemente arraigada en el individuo, tomamos como objetivo principal comprender, a través de las representaciones de las mujeres presentes en ese romance, las estructuras de poder inscritas en las relaciones de género. Por lo tanto, elegimos como objetivos específicos de la búsqueda los que siguen: identificar las representaciones de la mujer presentes en el romance citado; analizar, seleccionado por el corpus, las formas como se presentan las relaciones de poder entre hombres y mujeres en la sociedad piauiense; comprender por medio de estas representaciones, la condición de la mujer en la sociedad contemporánea. La búsqueda se inclinó en las teorías de género y poder y en la historiografía sobre la relación y la

mujer que escribe. Las teorías de Joan Scott (1995) sobre género, Michel Foucault (1979) sobre el poder y Pierre Bourdieu (2002) acerca de la dominación masculina se aliaron para en la comprensión del dinamismo de las relaciones de género y poder y el carácter social de las diferencias entre los géneros.

Palabras-clave: Literatura Piauiense. Literatura de Autoría Femenina. Relaciones de Género y Poder.

INTRODUÇÃO

Tomou-se como ponto de partida para a realização deste trabalho as representações da mulher na literatura de autoria feminina com vistas a compreender as relações de gênero e poder. Com isso, buscou-se compreender o *outro* a partir da sua própria forma de ver a si mesmo. Para tanto, elegeu-se como *corpus* de análise o romance *O Vale das Açucenas* (1963), da piauiense Alvina Gameiro¹.

Elegeu-se a literatura como campo para abordagem do gênero por se acreditar que esse tipo de produção artística não é – como muitos pensam – pura e simplesmente ficção. Não: a literatura condensa as estruturas do imaginário social e por meio dela podemos elucidar as sutilezas das relações de poder, evidenciando tanto permanências quanto discontinuidades históricas.

Buscando sempre o sentido histórico das relações de gênero e poder, questionou-se quais permanências e discontinuidades estas relações apresentam na narrativa literária analisada. Acreditando que a literatura evidencia as sutilezas do imaginário coletivo mais fortemente arraigadas no indivíduo, tomou-se como objetivo principal compreender, por intermédio das representações da mulher presentes nesse romance, as estruturas de poder inscritas nas relações de gênero. Neste sentido, elegeu-se como objetivos específicos de pesquisa os que se seguem: identificar as representações da mulher presentes no romance supracitado; analisar, pelo *corpus* selecionado, as formas como se apresentam as relações de poder entre

¹Alvina Gameiro (1917-1999) escreveu roteiros para a TV Ceará, Canal 2, de 1963 a 1965 – *Dois na Berlinda* e *O Contador de Histórias*. É autora de *A Vela e o Temporal* (1957), sua obra de estreia, que obteve boas críticas de José Américo de Almeida e José Lins do Rego. Publicou, em 1963, o romance *O Vale das Açucenas*, *corpus* desta análise e *Curral das Serras*, em 1980. Como contista, publicou *15 Contos que o Destino Escreveu*, em 1970 e *Contos do Sertão do Piauí* em 1988. Publicou em 1967 seu livro de poesia *Órfeão de sonhos* e em 1979 *Chico Vaqueiro do Meu Piauí*, espécie de romance versificado (MOURA, 2001).

homens e mulheres; compreender, por meio destas representações, a condição da mulher dentro da narrativa analisada.

A pesquisa apoiou-se nas teorias de gênero e poder e na historiografia acerca da relação mulher e escrita. As teorias de Joan Scott (1995) sobre gênero, Michel Foucault (1979) acerca do poder e Pierre Bourdieu (2002) a respeito da dominação masculina aliaram-se para a compreensão da dinamicidade das relações de gênero e poder.

DISCUTINDO RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER

Nesta sessão, parte-se da conceituação teórica do gênero e do poder apoiados numa perspectiva relacional e dinâmica dotada de historicidade. Considera-se que ambos – gênero e poder – não se separam: homens e mulheres estabelecem entre si relações, pois a história de um leva, inevitavelmente, à história do outro, e o fenômeno do poder se manifesta nos interstícios dessas relações.

Gênero numa perspectiva relacional

Tendo em vista que a proposta de análise está baseada numa abordagem relacional do gênero, convém discutir a definição dada pela historiadora Joan Wallach Scott (1995). Para ela, o gênero constitui-se de duas partes e várias subpartes que, embora ligadas entre si, devem ser analiticamente distintas. O que Scott (1995) propõe é encarar o gênero como elemento constitutivo das relações sociais entre os sexos e como forma primeira de pensar as relações de poder.

Toda a conceituação de gênero feita por Scott (1995) visa alertar sobre a necessidade de se rejeitar o caráter fixo e imutável das oposições binárias – masculino/feminino, forte/fraco, razão/emoção, etc. –, considerando tanto o sentido do sujeito individual quanto da organização social. Ao apontar a substituição da noção de poder social unificado, centralizado, por “constelações dispersas de relações desiguais discursivamente construídas” (SCOTT, 1995. p. 86), a teórica aproxima-se do conceito foucaultiano de poder, que o entende como feixes de relações assimétricas (FOUCAULT, 1979).

Quando Scott (1995) introduz a noção do caráter relacional do gênero, ela aponta para a necessidade de se pensar a história das mulheres relacionada à história dos homens, porque o mundo da mulher e o mundo do homem não se

desvinculam. Deste modo, a historiadora rejeita as explicações biológicas para a subordinação feminina, pois o gênero indica uma construção cultural, ou seja, “‘Gênero’ é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995. p. 75).

Para Scott (1995), é pertinente considerar a historicização das relações de gênero: historicizar o gênero, enquanto categoria analítica, significa abandonar o caráter fixo das oposições binárias. Segundo a estudiosa,

[...] esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas (SCOTT 1995, p. 84).

Para Saffioti (2004), a diferença sexual é transformada em diferença política que exprime ou a liberdade ou a subordinação. Entretanto, a dominação e a subordinação não são estáveis, uma vez que o poder é fluido e a mulher se apropria também de formas de dominação.

Poder: dominação masculina e sujeição feminina

Considerando que as relações de gênero não se desvinculam das relações de poder (SCOTT, 1995), é importante que se compreenda as manifestações deste, mais especificamente os fenômenos da dominação masculina e da sujeição feminina.

Muito embora Michel Foucault (1979) não tenha formulado uma *teoria do poder*, ele estabeleceu orientações metodológicas para a sua compreensão. Foucault (1979) questiona quais os dispositivos do poder, que depois do nazismo e do stalinismo, emergiram como um ponto central das genealogias. Para ele, não interessa definir *poder*, mas conhecer os mecanismos, efeitos e relações de poder exercidos socialmente, cuja extensão e domínio são variáveis. Conforme o teórico, “As relações de poder estão talvez entre as coisas mais escondidas no corpo social” (FOUCAULT, 1979. p. 237). Isso porque o poder não é um dado físico, palpável, mas um fenômeno social cujas extensões não podem ser mensuradas.

Conforme Foucault (1979), o poder não se fixa em um determinado ponto ou lugar: o poder, na verdade, é um feixe de relações mais ou menos coordenado que implica sempre em uma hierarquia. Para este teórico, deve-se pensar o poder não

como um todo densamente articulado, mas como micro-poderes (FOUCAULT, 1979). Com isso, Foucault (1979) alerta sobre a necessidade de tratar o poder em toda a sua dinâmica, nos interstícios das relações humanas. Para ele,

O poder não existe. (...) a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos (FOUCAULT, 1979, p. 248).

Sendo o poder um feixe de relações assimétricas (FOUCAULT, 1979), cabe entender tanto a dominação quanto a sujeição. Conforme Pierre Bourdieu (2002), a dominação masculina – sua imposição e o modo como é sentida – é o exemplo máximo da submissão paradoxal, concebida como o resultado de uma violência simbólica, sutil e invisível direcionada aos indivíduos e exercida pela comunicação, pela linguagem.

Para Bourdieu (2002), a transformação do arbitrário cultural em *natural* se deve à transladação das diferenças anatômicas entre homens e mulheres – pênis/vagina, seios – para o campo cultural, dotando-as de julgamentos de valor. Assim, a biologização do social é introjetada no corpo e na mente dos indivíduos com a intenção de levá-los a conceber como natural uma construção social e transformar a historicidade em dado biológico.

Segundo Bourdieu (2002), a compreensão da dominação masculina passa, necessariamente, pela objetivação do sujeito para que não se caia na armadilha de pensá-la com os olhos da própria dominação. Ou seja, já que os indivíduos estão incluídos como homens e mulheres no objeto que pretendem compreender, incorporam – por meio de esquemas inconscientes de percepção – as estruturas históricas da dominação masculina. É neste sentido que Roger Chartier (1995) nos fala sobre a exigência de se pensar as relações de gênero a partir da sujeição, pois a dominação masculina supõe a adesão dos dominados – neste contexto de estudo, das mulheres.

Conforme Chartier (1995, p. 40), a construção da identidade feminina está alicerçada na internalização das normas difundidas pelos discursos masculinos, muitas das vezes enunciados também por mulheres. Portanto, a ênfase passa da dominação para a sujeição. Citando Bourdieu, ele afirma que a dominação “só triunfa se aquele (a) que a sofre contribui para a sua eficácia; ela só o submete na medida em que ele (ela) é *predispósito por um aprendizado* anterior a reconhecê-la”

(CHARTIER, 1995. p. 40, grifos nossos). Desta forma, tão forte e eficiente quanto o discurso da dominação masculina é o discurso da sujeição feminina.

Assim, a sujeição feminina é uma construção cultural e não um dado biológico, natural. Compreende-se, portanto, que a dominação e a sujeição não são marcas indelévels, uma vez que os sujeitos arquitetam resistências perante a dominação. Corroborando esse posicionamento, Chartier (1995, p. 42) afirma que

Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência.

ESCRITA FEMININA COMO SUBVERSÃO

A história de escrita da mulher brasileira é inscrita na marginalidade². Há, ou melhor, persiste historicamente em nossa sociedade um tipo de poder hegemônico exercido por uma elite cultural masculina que contesta as representações femininas na literatura. No século XIX – período de formação da identidade nacional – assistimos à institucionalização da literatura como meio pedagógico para reforçar, simbolicamente, a concepção romântica da nação de *todos*. Veja: todos, no masculino e para o masculino (SCHMIDT, 2007).

Nesse sentido, o resgate e o reconhecimento da literatura de autoria feminina afetaram o estatuto da história cultural e literária, até então marcadamente masculinas, questionando as representações dominantes não assinaladas pela diferença. Esse esforço questionou a matriz ideológica do paradigma universalista, reconhecendo a nação como espaço heterogêneo.

Segundo Gilberto Freyre (2006. p. 225),

Da falta de feminilidade de processos – na política, na literatura, no ensino, na assistência social, noutras zonas de atividade – ressentiu-se a vida brasileira, através do esplendor e principalmente do declínio do sistema patriarcal. Só muito aos poucos é que foi saindo da pura intimidade doméstica um tipo de mulher mais instruída – um pouco de literatura, de piano, de canto, de francês, uns salpicos de ciência – para substituir a mãe ignorante e quase sem outra repercussão sobre os filhos que a sentimental, da época do patriarcalismo ortodoxo.

² Marginalidade entendida aqui como aquilo ou aquele que se encontra à margem, contrapondo-se ao centro.

Como visto, aos poucos as mulheres foram se apropriando dos bens culturais e, o que é relevante, participando do desenvolvimento desses bens. Contudo, a inclusão da mulher nos processos de produção e consumo de bens culturais não foi registrada porque a historiografia era de monopólio masculino. Segundo Hahner (2003), os problemas relativos à construção da historiografia da mulher resultam do analfabetismo feminino que imperou por muitos anos tanto no Brasil quanto na América Espanhola. Assim, a inexistência de escritos pessoais advinha do sujeito feminino não letrado, tanto que as precursoras do movimento de emancipação feminina vislumbravam na educação um meio para alcançar a independência econômica e o desenvolvimento da mulher.

De acordo com Castelo Branco (2005), devido às transformações sociais e econômicas ocorridas com a urbanização das cidades brasileiras no final do Império e começo da República, a falta de professores era um problema a ser enfrentado. Os baixos salários afastaram muitos homens da profissão, restando às mulheres essa função, especialmente nas séries iniciais³. Assim, foram criadas as escolas normais que atraíram um corpo discente com grande percentual de mulheres no final do século XIX e início do XX. Tais transformações foram sentidas, também, no Piauí, cujo esteio era uma educação direcionada para o exercício de papéis sociais.

Conforme Castelo Branco (2005), em Teresina, na passagem século XIX para o século XX, a educação feminina voltava-se para o ensino das atividades domésticas. Nesse ínterim, a casa perpetuava-se como espaço relegado à mulher e, portanto, o aprendizado destinava-se ao cozinhar, coser, bordar, cuidar dos filhos e demais atividades caseiras – ensinadas pela própria mãe, inclusive. Por outro lado, diversa educação feminina era pertinente: a educação para o salão, uma vez que algumas mulheres decepçonavam-se com o casamento e não sabiam cumprir as funções domésticas. Ao lado desses dois tipos de educação, as mulheres das classes mais abastadas complementavam sua formação com aulas particulares que abrangiam um pouco de leitura e escrita. (CASTELO BRANCO, 2005).

³ Nesse contexto, o magistério já apontava para a feminilização da profissão, constituindo um prolongamento das atividades domésticas, uma vez que a docência nas séries iniciais revelava uma continuidade da maternidade (CASTELO BRANCO, 2005).

A educação feminina, em Teresina, era considerada, na perspectiva das mulheres, carente de aprimoramento e não abrangia a educação formal. No jornal *Borboleta*⁴, a redatora Alaíde Burlamaqui deixa claro no artigo *Adorno de Mulher* que

A mulher como todos sabem, deve ser instruída, não só porque a instrução lhe dá mais realce, como também porque a habilita para todos os misteres da vida, para o bom desempenho dos deveres que lhe são inerentes. Muitos pensam que a mulher deve esmerar-se mais na educação doméstica, eu porém não penso assim, acho que ela não deve conquistar títulos que não estejam ao seu alcance, mas deve estudar e trabalhar muito com o fim de ter certos conhecimentos [...] (*apud* CASTELO BRANCO, 2005. p. 90).

As mudanças anunciaram-se. As mulheres vislumbravam nos periódicos grande oportunidade de publicação de suas ideias. Já na segunda metade do século XIX elas publicavam seus próprios jornais. O primeiro deles foi *O Jornal das Senhoras*, publicado no Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1852. Na década de 1870, surgiram outros jornais fundados por mulheres nas cidades desenvolvidas do país, dentre eles *O Sexo Feminino*, *O Domingo*, *Jornal das Damas* e *Echo das Damas* (HAHNER, 2003. p. 84-91).

Mulheres fazendo literatura no Piauí

A inserção da mulher na literatura enquanto escritora representa uma descontinuidade histórica, uma vez que subverte a ordem anteriormente estabelecida, para a qual a escrita era uma atividade exclusivamente masculina. Representa, ainda, uma forma de poder e prestígio social na medida em que vivemos numa sociedade que privilegia a cultura letrada. Portanto, este estatuto de mulher escritora, pública, configura um novo arranjo nas relações de gênero e poder; significa uma desconstrução, uma ruptura com a ordem anteriormente estabelecida que apregoava a limitação da mulher ao ambiente doméstico e negava-lhe o direito à educação.

No Piauí, algumas autoras destacaram-se como precursoras da literatura de autoria feminina: Luiza Amélia de Queirós Nunes Brandão (1836-1898), Amélia Carolina de Freitas Beviláqua (1860-1946), Francisca Sá Viana Montenegro (datas desconhecidas) e Maria Isabel Vilhena (1896-1988). Elas produziram literatura entre meados do século XIX e primeira metade do século XX, enfrentando as dificuldades

⁴*Borboleta* foi o primeiro jornal piauiense escrito exclusivamente por mulheres, entre os anos de 1904 e 1906 (ROCHA, s/d).

com que a produção literária feminina lidava naquela época (MENDES; ROCHA; ALBUQUERQUE, 2009).

Conforme Olívia Candeia Rocha (s/d), em 1926 surgiu no jornal *O Piauhuma* organização secreta onde as mulheres utilizavam codinomes como *Accacia, Bonina, Berenice, Violeta, Camélia, Eglantinee Martha* para citar umas as outras, pedindo opiniões sobre o cotidiano, o matrimônio, a emancipação intelectual e o sufrágio feminino.

Como se viu, a inserção das mulheres na cultura letrada e, mais especificamente, na literatura como autoras evidencia uma luta histórica pelo seu reconhecimento enquanto sujeito e configura um novo arranjo social e uma forma de subversão frente ao poder patriarcal, pois a partir do momento em que a mulher transpõe para o papel o modo como vê a si mesma ocorre a irrupção de um novo sujeito, sujeito autor, narrador de sua própria história.

RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER EM O VALE DAS AÇUCENAS

Esta seção versa sobre as representações da mulher propagadas na narrativa literária, com a finalidade de compreender as relações de gênero e poder e a condição feminina no romance analisado.

No romance *O Vale das Açucenas*, da piauiense Alvina Gameiro, encontrou-se uma narrativa recheada de regionalismos, descrições minuciosas e de imenso lirismo sobre a paisagem nordestina e o homem dessas terras. A narrativa estruturase a partir das vivências de Maria Bethânia, narrador autodiegético, que à beira da morte recorre à memória para contar os acontecimentos de sua vida, desde a chegada da sua família às terras piauienses, passando pela morte dos pais, sua ida ao Rio de Janeiro para formar-se em Agronomia, a paixão por Valério, os desencontros amorosos, o retorno para o Piauí, a maternidade, o infanticídio e a fatalidade que a acometeu.

Maria Bethânia é a heroína da história; personagem que narra a história e, recordando as motivações deste trabalho, esse componente é relevante, pois de acordo com o ponto de vista desse narrador compreenderemos como o *eu* narrante, que é feminino, vê a si mesmo; como essa entidade enunciativa privilegiada concebe o que é ser mulher. Sua postura – ora transgressora ora tradicional –

permite-nos discutir, à luz das teorias elencadas, as relações de gênero e poder que permeiam a narrativa.

Algumas das representações das mulheres difundidas na narrativa apresentam-nas como sujeitas abnegadas e dedicadas ao cuidado dos demais, ressaltando o engendramento histórico de características tidas como *naturalmente* femininas, como se depreende da passagem a seguir, na qual Luiza, mãe de Maria Betânia, cuidava do restabelecimento físico de Dr. Miguel:

No começo, mamãe lutou demais para fazer com que o doente ingerisse os alimentos; pediu, rogou, teimou, até habituá-lo a comer cada vez mais. Aos poucos, ele se restabelecia, levantando-se, à proporção que se tonificava (GAMEIRO, s.d. p. 21).

Muito embora o contexto social e histórico da narrativa – início do século XX – aponte para mudanças nas relações de gênero, com maior emancipação feminina, o discurso da dominação masculina ainda operava para dissipar qualquer tentativa de mudança. Para Chartier (1995), a dominação masculina só triunfa se aquele que é o seu objeto for predisposto por um aprendizado anterior, aprendizado este que se perpetua por meio do discurso, do simbólico. Neste excerto, D. Eunice dialoga com Maria Betânia e alega que é preciso coragem para aceitar certos *caprichos do destino*:

– És uma moça inteligente, forte e corajosa; respirou fundo como ganhando tempo para raciocinar e logo acrescentou: muitas vezes, minha filha, é necessário excesso de bravura para aceitarmos as condições como o destino nos apresenta. Tenho certeza de que és a mulher mais intrépida do mundo... não há infortúnio que consiga abater-te! (GAMEIRO, s.d. p. 52).

Assim, no romance, as relações de gênero são pautadas em uma ordem patriarcal, uma vez que os arranjos familiares são erigidos em conformidade com a posição de chefia destinada ao homem. Esse *status* está alicerçado, em grande parte, no poder econômico detido pelos homens.

As mulheres do início do século XX exerciam trabalhos diversos daqueles praticados pelos homens. Entretanto, vê-se nesse aspecto, um apelo à classe social das personagens, pois nem todas as mulheres da narrativa exercem uma atividade laboral, como D. Eunice, por exemplo. No transcurso do romance, fica evidente a divisão sexual do trabalho no campo, destinando o homem ao cultivo da flora nativa, à construção da casa e ao cuidado com o gado; e as mulheres aos afazeres

domésticos e ao tratamento de animais de pequeno porte, como depreende-se da seguinte passagem:

A família inteira se dobrava no labor, para ganhar o pão e ainda economizar alguns vinténs. Papai, além de ajudar o Firmino, fêz plantações à beira do córrego, uma de cana e outra de arroz. Antônio que já tinha bom princípio de campeiro, tomou conta do gado, e José o ajudava na lida. Mamãe e Manoela, cuidavam da casa e da roupa; cozinhavam, socavam no pilão e anda tratavam dos animais menores (GAMEIRO, s.d. p. 21).

Ponto relevante destas representações é o valor da maternidade. Em passagem singular da obra, Luiza, já calejada pela viagem do Ceará para o Piauí, via-se entregue aos dissabores da seca, tendo que enlutar-se de quando em quando de seus filhos: “Minha mãe, ferida no mais íntimo do coração, ia plantando aqui e ali, à beira do caminho, sob sete palmos de terra, os filhos estremecidos” (GAMEIRO, s/d. p.10).

Posteriormente, quando Maria pensa estar grávida e, renegando o amor de Valério deseja livrar-se da criança, D. Eunice intervém em favor da maternidade e da moral vigente que execrava o aborto e o infanticídio:

– Se irrefletida foi a tua ação, mais insensatas são tuas palavras. É necessário estares desorientada ou possuíres coragem de sobra para verbalizar esta pergunta criminosa. Acabaste de criticar a Viúva por crimes que nunca foram provados, e para fugires à responsabilidade, achas natural te permitires tal delito monstruoso (GAMEIRO, s.d. p. 108).

Assim, o valor dado à maternidade corresponde a um empreendimento cultural que, embora pareça pôr a mulher em uma posição privilegiada, significa transformar uma condição biológica – a predisposição para gestar e dar à luz – em missão irretocável da qual qualquer desvio acarreta sanções perante a sociedade.

Pode-se dizer que as identidades de gênero não são permanentes, mas contextualizadas. Ao chegar às terras piauienses e ver toda a fartura que lhes aguardava, o Cabeça-Chata, pai de Maria Betânia, emociona-se e chora o que, perante uma sociedade machista, não constitui atitude de homem e logo a voz patriarcal faz-se presente justamente no discurso de uma mulher, Luiza. Assim, não é necessário ser homem para que a voz patriarcal se manifeste, pois as mulheres são condicionadas a aceitá-lo (CHARTIER).

Quando papai viu o Uruçuí, tão largo, límpido e cheio até as bordas, como se não percebesse a sêca horrenda que se abatera sobre o Nordeste, foi acometido de súbito acesso de lágrimas. Chorou como uma criança açotada.

A mulher, vendo-lhe o desespero, e impotente para identificar a origem do mal, acocou-o:

– Tu tá ficano fraco da bola, home. Tu qué afroxá logo agora, qui já tamo in riba da coisa?! (GAMEIRO, s.d. p.16)

Contudo, não é suficiente dizer que Luiza estivesse perpetuando o discurso da dominação, pois considerando que a racionalização da mulher, contrapondo-se aos estereótipos da emotividade feminina, evidencia que nada na cultura é natural, mas construído.

A narrativa literária ora estudada mostra relações de poder assimétricas sem, no entanto, estagnar o poder num ponto específico, pois o que se percebe – e neste ponto a análise apóia-se em Foucault (1979) – é uma sutileza na emanção deste, uma dispersão quanto à manifestação e exercício do poder. Assim, embora haja uma ordem patriarcal influenciando diretamente sobre a conduta das mulheres, estas utilizam diversas estratégias para convencer e subjugar os homens às suas vontades, como se lê neste excerto:

– É mio nois ficá, home. O banhado é qui uma beleza... Água inté modi instruí. Nois pode fazê uma rocinha, também prantá uns ôio de cana na beira do riacho. E mermo... –enfiou os olhos significativamente para o rumo do marido e, em seguida, mirou o próprio ventre bastante crescido, juntando – eu já to quagi prá dispejá (GAMEIRO, s.d. p.19).

A advertência ao marido sobre a gestação já em vias de parto constitui uma forma de manipular pelo discurso o desenrolamento da vida do casal, e isto é relevante se se pensar que a autoridade patriarcal é sucessivamente enfraquecida pelas mulheres quando estas utilizam estratégias de enfrentamento das mais sutis, criativas e voláteis.

Há no romance uma passagem que demonstra tenazmente como o poder patriarcal é opressor:

[...] e logo que completei três anos, Dr. Miguel pediu a papai:

– Cabeça-Chata, queres dar-me esta menina?

– Qui é qui seu Dotô tá dizeno? Entonce, eu haverá de dá minha fia cuma se ela fôsse um gato?

– Não é isto, homem! Estive pensando que, solteirão como sou, tenho de adotar alguém para deixar-lhe as terras. Imaginei em perfilhar a menina herdeira e fazê-la minha herdeira. [...]

– Vocês nunca sairão daqui, e *eu farei* de tua filha uma mulher esclarecida, *capaz de governar a herdade* [...]

Passei, dêsse modo, de um a outro dono, sem, contudo, apartar-me de mamãe (GAMEIRO, s.d. p. 22-23, grifos nosso).

Neste fragmento, por melhores que tenham sido as intenções de Dr. Miguel, são dois homens que decidem o futuro da menina Maria, sem consultar a mãe da criança e ela mesma a respeito desta decisão. Ao dizer que passou de um dono a outro, a personagem expõe como, na sociedade patriarcal, o poder masculino é sentido por aqueles que são o objeto da sua atuação: ela, assim como qualquer artefato, é transferida da tutela de um para a tutela de outro, como se nessa troca simbólica não estivesse em questão os desejos de um ser humano que pensa e sente.

Maria Betânia: do singular ao plural

A personagem Maria Betânia é central no romance: é ela quem conta a história. Chama a atenção o valor central da educação na sua formação: desde pequena, seu padrinho Miguel – ou pai Miguel como ela mesma chamava – manifestou desejo de torná-la uma mulher culta. Na infância, ela já possuía noções de botânica, latim e matemática, ministradas pelo próprio padrinho. Posteriormente, o fazendeiro, antes de falecer, pediu que Maria fosse estudar na capital da nação para se formar em humanidades e agronomia, antevendo que a menina retornaria ao Vale do Ronca para tutelar as terras.

Maria Betânia deixa o Vale ainda muito jovem e parte para a capital do país. Não podendo dissimular a tristeza que a abatia por deixar para trás aquelas terras que faziam-na feliz, no momento do choro da menina, Firmino diz:

[...] Vancê invez de ta chorano, divia era levantá as mão prá riba e dá graça prá Deus, praque tem sorte inté mode instruí... Amode qui nasceu cum os trasero virado pro fogo! Apois eu tô cum quarenta e mais uns ano no lombo e num me alembro de tê visto muié feme se botá pros istudo cuma home. Inda mais prá este Rio de Janeiro qui é afamado cuma o céu (GAMEIRO, s.d. p. 35).

A fala de Firmino revela que a educação feminina era, realmente, uma condição excepcional, *coisa de homem*. Neste momento, retoma-se o posicionamento de Scott (1995) para quem o gênero deve ser compreendido como uma referência histórica das representações simbólicas sobre o que é ser homem ou mulher, corroborando a tese de Bourdieu (2002) acerca da contestação da biologização dos gêneros. Ao ter a oportunidade de se educar, Maria Betânia mostra a relativização com que se deve olhar para o gênero, entendendo-o como o *locus* de

uma construção social e histórica, ou seja: o analfabetismo feminino não era um dado totalizante, pois havia desvios, uma heterodoxia não prevista pelo poder patriarcal.

Nesta passagem, Maria demonstra como a dominação masculina é simbólica e se instala às vezes com infinita sutileza. Assim, mesmo tendo o desejo de rebelar-se, o império do masculino faz-se tão articulado que ela cede:

Estava petrificada. De tudo o que ouvira, só uma verdade me alinhava o íntimo, penetrando-me a sensibilidade: tinha de ir para longe... quis gritar, rebelar-me, convencer a pai Miguel de me conserva no Vale, na condição em que estava, pois era aquela a única felicidade almejada por mim, mas não pude insurgir-me defrontando a súplica muda, delicada e heróica daquele olhar que amarrava minha vontade, obrigando-me, docemente, a obedecer (GAMEIRO, s.d. p. 34).

Chegando ao Rio de Janeiro, Maria Betânia pensou: “Era o encontro dos meus onze anos com o centro mais civilizado do País” (GAMEIRO, s.d. p. 43). Os passeios públicos, cafés, museus, as peças teatrais, todas as conquistas da modernidade estavam disponíveis a ela: Maria Betânia educou-se, tornou-se culta e adquiriu grande bagagem cultural.

Frustrando as expectativas que se depositavam sobre as mulheres daquela época, Maria Betânia não se quedava avessa aos acontecimentos que a rodeavam; negava-se, isto sim, a ser um sujeito complacente com tudo e todos: “Fiz-me submissa aos estudos, prisioneira do silêncio e, aguçando o raciocínio, concentrei-me na observação [...] *Tornei-me crítica, exigente e mordaz*” (GAMEIRO, s.d. p. 55-56, grifos nossos).

O matrimônio, que para muitas significava a realização de uma vida, para Maria era uma penalização pela qual devia passar, pois foi às vésperas da união com Valério que ela soube do incêndio da mata e rebelou-se contra o amor. O casamento era um fardo para ela:

De que resistência, coragem, calma e valor não me revesti, a fim de manter-me sentada ao sofá ladeando meu desposado, aconchegada a êle, permitindo que uma de suas mãos se entrelaçasse à minha! [...] Senti-me infeliz e abatida, irmã de uma falena mutilada que tombasse à festa da luz, sôbre os despojos de suas próprias asas (GAMEIRO, s.d. p. 113-114).

A insubordinação de Maria manifesta-se às vezes pela linguagem. Em algumas passagens da obra, quando os homens manifestam o desejo de proteja-la

do que quer que seja, Maria mostra-se ofendida, pois ela possuía autonomia suficiente para cuidar de si. Certa vez, quando Jamil ordenou que um de seus empregados acompanhasse Maria até a fazenda do Morro D'água, ela manifestou-se descontente:

Aquilo dito de outra maneira nada significaria, mas, chegando como veio, atingiu-me, e não pude deixar de responder altiva e de cabeça erguida:

– Agradeço-lhe tamanha distinção, mas cheguei até aqui sem ajuda e posso voltar da mesma forma (GAMEIRO, s/d. p. 163)

Nesse sentido, as tensões entre permanência e mudança se intensificam e revelam que nada na cultura é natural, mas construído (BOURDIEU, 2002; SCOTT, 1995) e que as introjeções sociais no indivíduo sobre o gênero que devem assumir são intrinsecamente tangenciais, fugidias, disruptivas.

Por meio da análise empreendida, diz-se que a condição da mulher na narrativa apresenta uma tensão evidente entre os papéis tradicionais, social e historicamente construídos, e as condutas inovadoras, como forma de emancipação. Entretanto, dada a fluidez das relações de gênero e poder (FOUCAULT, 1979; SCOTT, 1995), embora as mulheres apontem para mudanças na sua condição, o discurso da dominação masculina ainda se encontra densamente imerso no imaginário coletivo.

(IN)CONCLUSÕES

O tema literatura de autoria feminina tem se mostrado um vasto campo de investigação. Se se pensar que os estudos de gênero emergiram como forma de dar voz a sujeitos que antes foram relegados ao ostracismo, e que portanto estiveram à margem de uma produção literária própria, o desnudamento do feminino por intermédio da literatura incide no afloramento e reconhecimento duma história *outra*.

Este trabalho buscou interpretar as relações de gênero e poder por meio da representação da mulher na literatura de autoria feminina, considerando para tanto o percurso histórico da luta das mulheres pelo direito à educação, passando pela produção de jornais até chegar às produções literárias femininas. A intenção foi demonstrar que, apesar de haver um discurso da dominação masculina cujo desígnio é transformar construções culturais em naturais e essenciais, a história

desvela que as interações sociais, as dinâmicas familiares, econômicas e artísticas circunscrevem relações entre homens e mulheres imersas em poderes, no plural mesmo.

A partir da análise empreendida, constatou-se que as estruturas da dominação masculina ainda se fazem tenazmente presentes, mas algumas mulheres, como a personagem Maria Betânia, apontam para uma ruptura com os apontamentos patriarcais. A condição feminina na narrativa, portanto, apresenta uma tensão entre os papéis socialmente estabelecidos para as mulheres e a heterodoxia que vem paulatinamente ganhando espaço.

O estatuto de mulher escritora de algumas piauienses, entre elas Alvina Gameiro, representa uma descontinuidade histórica que contribui significativamente com a mudança da condição feminina, uma vez que é o resultado satisfatório da luta feminina pelo acesso à educação. Deste modo, as narrativas literárias de autoria feminina constituem uma forma de emancipação que contribui para que as mudanças se estendam à toda sociedade, uma vez que a literatura não apenas veicula como as estruturas do imaginário coletivo são concebidas, mas também promove mudanças, influenciando diretamente a construção de novos arranjos sociais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica*. Trad. Sheila Schvarzman. Cadernos Pagu, nº 4, 1995. p. 37-47.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, Gilberto. *A mulher e o homem*. In: Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 16. Ed. São Paulo: Global, 2006. p. 206-267.

GAMEIRO, Alvina Fernandes. *O vale das açucenas*. s.n. s.d.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Trad. Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MENDES, Algemira de Macedo; ROCHA, Olívia Candeia Lima; ALBUQUERQUE, Marleide Lins de. *Antologia de escritoras piauienses: século XX à contemporaneidade*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC / Fundação de Apoio Cultural do Piauí / FUNDAPI, 2009.

MOURA, Francisco Miguel de. *Literatura do Piauí, 1859-1999*. Ed. Academia Piauiense de Letras – convênio com o Banco do Nordeste: Teresina, 2001.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. *Escritoras piauienses, pseudônimos, flores e espinhos*. Mafuá: revista de Literatura em Meio Digital. Disponível em <<http://www.mafua.ufsc.br/numero00/oliviacandeia.html> > Acesso em 19 de julho de 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHMIDT, Rita Teresinha. *Mulheres reescrevendo a nação*. In: PISCITELLI, Adriana; PUGA, Vera Lucia; MALUF, Sônia Weidner; MELO, Hildete Pereira de. *Olhares feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007. p. 395-409.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Educação & Realidade: Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

ⁱ Mestranda em Letras, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Graduada em Letras Português, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: ella.jurema@hotmail.com